



Processo da Abengoa deixa de contaminar funcionamento do setor elétrico, avalia MME

Fornecedores vão ter arcar com prejuízos, avisa Paulo Pedrosa

O processo da Abengoa trazia um risco muito grande para o modelo regulatório, disse nesta quarta-feira (20/9) o secretário-executivo do MME, Paulo Pedrosa, ao descrever o trabalho conjunto realizado pelo governo e Aneel na Justiça, para revogar as concessões da transmissora espanhola que, por meses, tentou manter o direito de tocar obras que não conseguia desenvolver porque entrou em recuperação judicial.

“A decisão obtida pela empresa em caráter liminar misturava o concessionário com a concessão. Quer dizer, a concessão que estava voltada a atender a sociedade e o consumidor com o concessionário que é uma empresa. Era uma questão que, além das gravíssimas consequências econômicas do atraso das obras para a sociedade, trazia esse dano ao modelo de funcionamento do setor elétrico”, destacou Pedrosa, após participar da abertura do evento Brazil Energy Frontiers, promovido em São Paulo pelo **Instituto Acende Brasil**.

“A Aneel foi oferecendo todas as condições de defesa, conduziu o processo dela, mas chegou ao MME e o ministério fez a última etapa e encerramos. Quer dizer, a caducidade das concessões está dada e agora a Aneel vai seguir e executar as garantias e nos vamos em frente com a licitação”, complementou. Ele esclareceu, no entanto, que o processo na Justiça segue em frente já que, o que caiu foi a liminar. Haverá agora a decisão de mérito, mas Pedrosa deu a entender que não acredita em alguma chance de reversão em favor da empresa.

A configuração do setor elétrico mudou, explicou ainda o secretário-executivo do MME, e o que será licitado agora é um outro conjunto de obras. Algumas delas semelhantes às da Abengoa, assinalou, lembrando que outras deixaram de ser necessárias pela própria evolução do sistema.

“Teremos leilão este ano e no início do ano que vem, isso vai ser conciliado com o ritmo do setor. O que estamos olhando agora é o sistema e licitando as necessidades. Não estamos retroagindo ao momento que aquelas obras foram licitadas e repetindo o processo, o que não teria sentido técnico”.

Quanto aos contratos de fornecimento firmados pela Abengoa como fabricantes de equipamentos, ele foi claro: essas empresas terão que arcar com os seus próprios prejuízos. Pedrosa lamentou ter recebido notícias de que há alguns até estão demitindo pessoas que estavam alocadas em projetos no Brasil que não seguiram adiante.

“Não vamos proteger perdedores. Se alguém vendeu equipamentos a uma empresa que deu um deságio de 40%, 50% num leilão deveria ter observado o risco daquele participante, precificado aquilo e tomado as providências num contrato de mercado. É inaceitável levar aos consumidores todas as perdas do setor”, finalizou.